# ALINE CORRÊA SANTOS JÉSSICA JULIA ISABELE SILVA PAOLA RESENDE SOUZA E LIMA

**A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO ÁS MULHERES QUANTO AO USO DE CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS**

# SÃO LOURENÇO 2023

**ALINE CORRÊA SANTOS JÉSSICA JULIA ISABELE SILVA PAOLA RESENDE SOUZA E LIMA**

# A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO ÁS MULHERES QUANTO AO USO DE CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em modalidade de artigo científico, apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de São Lourenço - MG, para obtenção do Título de Enfermeiro.

**Orientadora:** Silvia Helena Dias

**Co-orientadora:** Rafaela Ferreira França

# SÃO LOURENÇO 2023

**Aline Corrêa Santos Jéssica Julia Isabele Silva**

# Paola Resende Souza e Lima

**A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO ÁS MULHERES QUANTO AO USO DE CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade ARTIGO CIENTÍFICO , submetido à Banca Examinadora, no Curso Bacharel em Enfermagem da Faculdade de São Lourenço, UNISEPE, MG, no dia de de como parte dos requisitos necessários para obtenção da condição de graduado em Enfermagem.

São Lourenço, de de 20

Orientador

1º Professor Membro da Banca

2º Professor Membro da Banca

Cristiane Reis Pinto Coordenadora do Curso de Enfermagem

# RESUMO

Os contraceptivos hormonais orais são os medicamentos mais utilizados no mundo para impedir a gravidez não planejada. Entretanto, como todo medicamento, este também possui um modo correto de ser usado e possui alguns efeitos colaterais o que torna extremamente importante seu conhecimento por parte das usuárias. Por isso, o enfermeiro como parte da equipe de saúde e do planejamento familiar deve possuir o conhecimento necessário para orientar as mulheres que buscam por este serviço tanto na rede pública, quanto privada. Este artigo tem como objetivo abordar sobre a atuação do profissional de enfermagem na orientação do uso de anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais. Foi realizada uma revisão de literatura, de caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa. O levantamento de dados foi realizado a partir das seguintes bases de dados SciELO, BVS, Pubmed, Lilacs e Google acadêmico, foram selecionados estudos publicados na faixa temporal de 2015 a 2023, a partir dos seguintes descritores: anticoncepcionais orais, efeitos dos fármacos, enfermagem, orientação, contraceptivos hormonais orais. O enfermeiro possui todas as competências garantidas em lei e necessárias para atuar no planejamento familiar e reprodutivo da mulher. Este pode prestar assistência a respeito do melhor uso contraceptivo a ser escolhido pela mulher, que vai desde a escuta ativa, consulta, orientação, prescrição, administração, avaliação do método e procedimentos de inserção. Se a escolha da mulher for a pílula anticoncepcional o profissional de enfermagem deve pontuar sobre seu uso correto, as taxas de sucesso, os benefícios existentes, além da prevenção da gravidez, assim como suas restrições, contraindicações e efeitos colaterais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermagem. Anticoncepcionais orais. Orientação.

**ABSTRACT**

Oral hormonal contraceptives are the most used drugs in the world to prevent an unplanned pregnancy. However, like all medications, this one also has a correct way of being used and has some side effects that make it extremely important for users to know about it. Therefore, the nurse, as part of the health and family planning team, must have the necessary knowledge to guide women who seek this service both in the public and private network. This article aims to address the performance of nursing professionals in guiding the use of oral hormonal contraceptives and their side effects. A literature review was carried out, with a descriptive-exploratory character and a qualitative approach. The data collection was carried out from the following databases SciELO, BVS, Pubmed, Lilacs and Google academic, selected studies were published in the time range from 2015 to 2023, from the following descriptions: oral contraceptives, drug effects, nursing, guidance, oral hormonal contraceptives. The nurse has all the competences guaranteed by law and necessary to act in the woman's family and reproductive planning. This can provide assistance regarding the best contraceptive use to be chosen by the woman, ranging from active listening, consultation, guidance, prescription, administration, evaluation of the method and insertion procedures. If the woman chooses the contraceptive pill, the nursing professional should point out its correct use, success rates, existing benefits, in addition to pregnancy prevention, as well as its restrictions, contraindications and side effects.

**KEYWORDS:** Nursing. Oral contraceptives. Guidance.

**SUMÁRIO**

1. [INTRODUÇÃO 7](#_bookmark0)
2. [METODOLOGIA 9](#_bookmark1)
3. [RESULTADOS E DISCUSSÕES 10](#_bookmark2)
	1. [BREVE HISTÓRICO SOBRE A “PÍLULA ANTICONCEPCIONAL” 10](#_bookmark3)
	2. [CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS 13](#_bookmark4)
	3. [BENEFÍCIOS, REAÇÕES ADVERSAS E CONTRAINDICAÇÕES 13](#_bookmark5)
	4. [ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM 16](#_bookmark6)
4. [CONSIDERAÇÕES FINAIS 21](#_bookmark7)

[REFERÊNCIAS 22](#_bookmark8)

# INTRODUÇÃO

A pílula anticoncepcional oral é um medicamento contraceptivo desenvolvido durante a década de 50, decorrente dos avanços dos estudos científicos na área da medicina. Sua criação é considerada um dos acontecimentos mais marcantes da história da medicina no século XX, revolucionando a saúde feminina, bem como proporcionando mais autonomia para as mulheres e a redução de gestações não planejadas.

Segundo Couto et al., (2020) o anticoncepcional hormonal oral é o método contraceptivo reversível mais utilizado no mundo. Tratando-se de um medicamento eficaz, utilizado pelas mulheres desde a puberdade até o encerramento de sua vida fértil. Seu uso apresenta alguns benefícios, além da gravidez não planejada, tais como controle da dismenorreia e do ciclo menstrual, doenças benignas da mama, anemia, entre outros (SANTANA & SILVA, 2021; OLIVEIRA et al., 2023).

Devido ao seu uso contínuo e prolongado, a mulher deve procurar acompanhamento de seu uso junto aos profissionais de saúde, uma vez que este medicamento pode ocasionar inúmeros efeitos adversos, como: alterações imunológicas, metabólicas, nutricionais, psiquiátricas, vasculares, oculares, gastrintestinais, hepatobiliares, afecções cutâneas renais/ urinarias, auditivas; distúrbios do Sistema Nervoso Central (SNC) e do Sistema Reprodutor (COUTO et al., 2020). Além disso, o anticoncepcional é contraindicado para fumantes, mulheres propensas a problemas com trombose e doenças cardiovasculares.

Neste sentido, Garcia et al., (2019, p. 114) ressaltam a importância de que o profissional de enfermagem esteja qualificado “[...] para o atendimento e promoção da saúde nas questões da saúde sexual e reprodutiva, visto que ainda permanecem grandes tabus que envolvem a temática, incluindo a necessidade de maior ênfase na formação de profissionais”.

De acordo com Oliveira et al., (2023) é necessário que que a mulher possua conhecimento sobre o uso dos métodos contraceptivos disponíveis, com o intuito de que possa escolher o mais apropriado e que se adeque às suas necessidades e particularidades. As pacientes devem ser esclarecidas sobre seu modo de uso, eficácia, funcionamento, efeitos colaterais, riscos e benefícios para a saúde, além

dos sinais e sintomas indicativos de retorno ao serviço de saúde (SANTANA & SILVA, 2021).

Frente ao exposto, o objetivo deste artigo é abordar sobre a atuação do profissional de enfermagem na orientação do uso de anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais.

# METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura, de caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa, cuja finalidade é reunir conhecimento científico sobre a atuação da enfermagem na orientação do uso de anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais.

Foi realizado um levantamento de dados nas seguintes bases de dados eletrônicas SciELO, BVS, Pubmed, Lilacs e Google acadêmico. A seleção inicial do material deu-se através de filtros utilizados dentro das próprias bases de dados, onde foram incluídos estudos publicados na faixa temporal de 2015 à 2023. Os descritores utilizados foram: anticoncepcionais orais, efeitos dos fármacos, enfermagem, orientação, contraceptivos hormonais orais. Estabeleceram-se os seguintes critérios de seleção: publicações disponíveis na integra em língua portuguesa, com acesso gratuito e que tivessem afinidade com a temática, assim como documentos oficiais elaborados e disponibilizados por entidades e pelo Ministério da Saúde. Foram excluídos os manuscritos duplicados e fora do período definido para a elaboração deste estudo.

# RESULTADOS E DISCUSSÕES

# BREVE HISTÓRICO SOBRE A “PÍLULA ANTICONCEPCIONAL”

Oliveira et al., (2017) relatam que desde os tempos antigos as mulheres buscavam maneiras de evitarem a gravidez não planejada, recorrendo a mágicas, encantamentos e superstições, até que finalmente ocorreu a descoberta de métodos através da utilização de fármacos.

O século XX trouxe inúmeras transformações culturais a sociedade contemporânea, como por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho ao longo das décadas e sua luta por liberdade e igualdade de direitos. Estas mudanças contribuíram para a ocorrência de novas percepções e comportamentos a respeito da sexualidade. Assim, pode-se afirmar que a criação e incentivo ao uso do contraceptivo hormonal oral (CHO), popularmente conhecido como pílula anticoncepcional (AC), contribuiu para muito além do controle de natalidade (ALMEIDA e ASSIS, 2017; SOUZA et al., 2022). Uma vez que, de acordo com Sirqueira et al., (2022) houve também o desencadeamento da liberdade sexual feminina, a revolução em relação a saúde pública e um melhor direcionamento ao planejamento familiar.

Segundo Dias et al., (2018, p. 02) em 1960, a primeira pílula anticoncepcional oral, intitulada de *Enovid*, passou a ser comercializada nos Estados Unidos. “Apresentada como o primeiro método de controle da fecundidade elaborado com base na fisiologia da reprodução e com garantia de eficácia superior a 90% [..]”. Seu uso expandiu-se rapidamente pelo mundo, e se tornou um dos recursos contraceptivos mais utilizados.

A pílula AC foi considerada um marco na história da anticoncepção. Vale aqui destacar que a anticoncepção é uma prática exercida em todo mundo, que corresponde a oferta de informações, aconselhamento, acompanhamento clínico e ao uso de métodos e técnicas, cientificamente aceitos, cuja finalidade é evitar a gravidade não planejada. Este recurso é empregado no planejamento familiar para controle da descendência, de modo que a constituição da prole só ocorra de forma de desejada e programada conscientemente (FINOTTI, 2015; FERREIRA et al., 2019; SANTOS & FERREIRA, 2022; OLIVEIRA, et al., 2023).

No Brasil, o anticoncepcional passou a ser comercializado em 1962, embora por aqui houvesse a proibição de anunciar produtos destinados a provocar o aborto e evitar a gravidez. Este passou então a ser divulgado como um medicamento regulador de ciclos menstruais e indicado para tratamento de desordens ginecológicas (DIAS, et al., 2018).

A propagação dos métodos contraceptivos passa a ter maior disseminação nas décadas seguintes. Em 1975, ocorrem as primeiras melhorias voltadas às políticas de assistência à integral saúde da mulher, mas que ainda não deixaram de ser mínimas. Sendo que tais ações só ocorreram em decorrência da questão de uma crise demográfica relacionada ao alto índice de fecundidade e natalidade com a pobreza e o desenvolvimento do país. Deste modo, em 1984, finalmente surge uma política pública voltada a saúde das mulheres brasileiras, com a elaboração do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), tratando-se de um planejamento mais efetivo quanto às ações educativas, prevenção de doenças e assistência no planejamento familiar, o que colocou as pílulas anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos em evidência (DIAS et al., 2018; FERREIRA et al., 2019; GROETARES et al., 2022).

No entanto, somente em 1996 foi criada a Lei nº 9263, do Planejamento Familiar, onde todas as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), de todos os âmbitos, passaram a ter obrigação de garantir a assistência a concepção e a contracepção como respeito aos direitos sexuais e reprodutivos de homens e mulheres, adultos (as) e adolescentes (FERREIRA et al., 2019; GARCIA et al., 2019). Segundo Groetares et al., (2022), o Estado passou a permitir ao cidadão o direito legal de escolher o método contraceptivo mais adequado aos seus hábitos e estilo de vida, de forma a não colocar a vida do usuário em risco.

Neste contexto, ressalta-se que existem diferentes tipos de métodos contraceptivos disponíveis no comércio. É importante que as mulheres em idade fértil e sexualmente ativas tenham acesso a eles, para que tenham a possibilidade de escolher se estes devem ser combinados ou não, de acordo com sua necessidade, acesso e circunstância de vida. Deste modo, é fundamental que os métodos contraceptivos existentes sejam divulgados adequadamente, bem como os disponíveis pelo SUS (FERREIRA et al., 2019; RIOS et al., 2021; SANTOS & FERREIRA, 2022).

Atualmente no Brasil são encontrados métodos hormonais e não hormonais, reversíveis e irreversíveis. Entre os hormonais reversíveis existem compostos apenas por progestágenos, como implantes subdérmico de etonogestrel, Dispositivos Intrauterinos (DIUs) de levonorgestrel, injeções intramusculares de medroxiprogesterona, minipílulas de desogestrel e dienogeste, e os compostos por estrógenos e progestágenos, como pílulas orais, anéis vaginais, adesivos transdérmicos e injeções mensais. Entre os irreversíveis estão a laqueadura tubária e a vasectomia. Destes, cerca de nove estão disponíveis de forma gratuita pelo SUS (RIOS et al., 2021).

# Figura 1 – Métodos contraceptivos disponíveis no SUS



**Fonte:** SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA (2023, p.8).

# CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS

Os anticoncepcionais orais são métodos contraceptivos reversíveis que possuem em sua formulação a combinação de substâncias sintéticas (estrogênio e progesterona) no mesmo comprimido que mimetizam a função dos hormônios femininos ou apresenta-se sobre a formulação simples de progestagênio isolado, denominado de minipílula (FINOTTI, 2015; RIBEIRO, et al., 2018; LUZ, BARROS e BRANCO, 2021; SOUZA et al., 2022).

Age com a finalidade de bloquear a ovulação e alterar as condições do útero e das trompas de falópio, dificultando assim a fecundação (RIBEIRO, et al., 2018; LUZ, BARROS e BRANCO, 2021). Souza et al., (2022) explicam que o estrogênio previne a fertilização ao impedir que a hipófise anterior secrete o hormônio folículo- estimulante (FSH), enquanto a progesterona atua através do hormônio luteinizante (LH), afetando, assim, a ovulação. Este efeito é chamado de bloqueio gonadotrófico, e é o principal mecanismo de ação das pílulas. Ademais, o uso deste contraceptivo ocasiona o surgimento de efeitos adicionais que passam a atuar dificultando a concepção, como o aumento da consistência do muco cervical, que torna mais difícil a ascensão dos espermatozoides, a diminuição dos movimentos das trompas e a hipotrofia endometrial, perdendo as condições para a implantação do embrião (FINOTTI, 2015; JUREMA e JUREMA, 2021).

Em relação as pílulas orais combinadas, estas podem ser classificadas em monofásicas, bifásicas ou trifásicas. As monofásicas apresentam em todos os comprimidos as mesmas doses de estrogênio e progestagênio e podem ser de 21, 24 e 28 comprimidos. Quanto aos bifásicas, elas possuem a mesma composição, porém apresentam duas doses diferentes de estrogênios e progestagênios. E por último, as pílulas com variações triplas nas doses dos hormônios são as trifásicas (FINOTTI, 2015; SOUZA et al., 2022).

# BENEFÍCIOS, REAÇÕES ADVERSAS E CONTRAINDICAÇÕES

É interessante ressaltar que as pílulas hormonais orais deixaram de ser utilizados apenas para evitar a concepção. Estes passaram a ser utilizados também no tratamento de desequilíbrios hormonais que pode gerar acnes, desregulação no ciclo menstrual, fortes cólicas menstruais e para o tratamento de mulheres que

possuem ovário policístico (LUZ, BARROS e BRANCO, 2021). Paludo, Zanella e Pompermaier (2021) citam mais alguns benefícios como redução no risco de cistos ovarianos, câncer ovariano e endometrial e doença mamária benigna; menor incidência de doença inflamatória pélvica (DIP) e gravidez ectópica (tubária); melhora dos sintomas pré-menstruais e da endometriose.

Na revisão integrativa realizada por de Souza et al., (2022) foram encontradas evidências de que os anticoncepcionais hormonais combinados apresentam mais riscos à saúde da mulher devido à concentração de estrogênio, enquanto as minipílulas (que consistem em progesterona) não apresentam menos riscos.

As primeiras formulações desses contraceptivos, continham altas doses de hormônios, de modo que diversos estudos foram realizados ao longo dos anos a respeito de seus efeitos colaterais. Esses efeitos colaterais são reações farmacológicas que não se referem a principal ação do fármaco, e sim um efeito não almejado de um medicamento (LUZ, BARROS e BRANCO, 2021; OLIVEIRA et al., 2023).

Desta forma, associaram o aumento de casos de incidência de hipertensão, risco de tromboembolismo venoso (TEV), infarto agudo do miocárdio (IAM) e acidente vascular encefálico (AVE) hemorrágico e isquêmico. Foi somente em 1980 que houve uma reformulação desses medicamentos, com dosagens menores e apresentações com menos riscos (FINOTTI, 2015; LUZ, BARROS e BRANCO, 2021). A literatura já deixou evidente que o uso de anticoncepcionais é uma das fundamentais causas de tromboembolismo venoso e embolia pulmonar (PINHEIRO et al., 2021).

Neste contexto, Pinheiro et al., (2021) ressaltam outros efeitos colaterais que podem ocorrer, devido ao uso prolongado do fármaco. A utilização de AC pode afetar: a imunidade, metabolismo, nutrição, a saúde mental, vascular, ocular, gastrointestinal, fígado e vesícula biliar, subcutânea, renal/urinária, alterações auditivas; sistema nervoso central (SNC) e doenças do sistema reprodutivo. Neste sentido, os autores explicam que, a longo prazo, o uso deste medicamento por mulheres propensas a terem doenças cardiovasculares, correm sério risco de terem uma trombose arterial, estando diretamente ligado à presença de estrogênio em sua formulação. Além disso, este também tem seus efeitos colaterais potencializados em mulheres com doenças pré-existentes e questões hereditárias, como os

trombolíticos, diabetes, enxaqueca, entre outros que podem agravar a saúde da mulher devido as alterações substanciais que ocorrem em seu organismo.

Um estudo documental e retrospectivo realizado por Ferreira et al., (2019), buscou investigar condições e Determinantes Sociais da Saúde (foram observadas associações estatísticas acerca da idade, menarca, início da vida sexual, gravidez, aborto, tabagismo, hipertensão, estado civil, cuidado ginecológico e escolaridade) como fatores que podem interferir na forma como as mulheres escolhem os métodos contraceptivos e os riscos que essa escolha pode representar para sua saúde. As autoras constataram a partir da análise que, mesmo ocorrendo oferta do método nos serviços de saúde, este não é suficiente para que o planejamento reprodutivo seja implementado de maneira segura e eficaz na população.

Oliveira et al., (2023) apontam o uso errôneo dos contraceptivos orais pode acarretar numa estimativa de oito gestações para cada 100 usuárias por ano, podendo a taxa ser reduzida em menos de uma gravidez para 100 mulheres/ano quando o uso ocorre de forma adequada. Além disso, seu uso de forma inadequada não aumenta apenas as chances de falha, como também o aparecimento dos efeitos colaterais, de modo que as pessoas acabam interrompendo seu uso, sem procurar por ajuda profissional. Finotti (2015) cita que os eventos adversos das usuárias de pílulas contraceptivas, são a principal causa de abandono do método, sendo os principais efeitos náuseas, sangramento inesperado, mastalgia, cefaleia, ganho de peso e acne.

Para Luz, Barros e Branco (2021) torna-se relevante que a prescrição deste medicamento seja realizada por um profissional qualificado, para que se tenham garantias e informações corretas sobre a funcionalidade terapêutica do AC, de acordo com a necessidade da paciente. Por isso, é essencial que o profissional responsável pelo atendimento, tenha atenção na prescrição do contraceptivo hormonal oral, pois este é contraindicado em algumas situações, como pode-se observar (SOUZA et al., 2022). No entanto, os autores apontam que há grande disseminação de anticoncepcionais sem prescrição, sendo de grande probabilidade o desconhecimento do uso contraindicado e efeitos adversos para a saúde da mulher. “Desta forma, compreende-se a importância da investigação dos fatores de risco por parte do profissional de saúde durante o Planejamento Familiar, assim

como buscar um método contraceptivo que mais traga vantagens e minimize os riscos à mulher” (SOUZA et al., 2022, p. 08).

Entre os profissionais da equipe de Planejamento Familiar, o enfermeiro tem papel de destaque por ser o profissional que mais tem contato com o paciente, sendo responsável pela maior parte dos cuidados e procedimentos realizados. Este profissional deve estar apto a determinar as principais necessidades da cliente para desenvolver um plano de cuidados personalizado e garantir sua correta execução.

# ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

Em fevereiro de 2022, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou a Resolução 690, que aprova a norma técnica sobre a atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo. Este documento abrange diversos métodos contraceptivos, bem como estabelece parâmetros para a qualificação teórica e prática dos enfermeiros.

Art. 1º Aprovar a norma técnica referente à atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 2º No âmbito da equipe de Enfermagem, a atuação no Planejamento Familiar e Reprodutivo é privativa do Enfermeiro, observadas as disposições legais da profissão.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta norma devem ser desenvolvidos no ato da consulta em cumprimento às etapas do Processo de Enfermagem, cabendo-lhe a prescrição, administração e procedimentos acerca dos métodos conceptivos e contraceptivos disponíveis no SUS, com base em protocolos assistenciais (COFEN, 2022).

A respeito da atuação da enfermagem em questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, destaca-se aqui, o planejamento reprodutivo, voltado a orientação dos métodos contraceptivos orais. Garcia et al., (2019) argumentam que até hoje existem desafios a serem superados, pois assuntos como sexualidade ainda são marcados preconceitos e tabus dificultando a superação de barreiras relacionadas a saúde sexual e reprodutiva.

Contudo, para que as informações necessárias sejam transmitidas a população, a equipe de enfermagem deve estar qualificada para captar e atender as demandas da população de mulheres, jovens e homens sob sua responsabilidade. Além disso, as orientações devem seguir as normas relativas a qualidade da

atenção, basear-se em evidencias cientificas, sendo o atendimento prestado forma respeitosa e positiva (GARCIA et al., 2019).

Através do acolhimento com escuta qualitativa a equipe deve identificar os motivos do contato da mulher/do casal e direcionar para o atendimento necessário. De modo que se o atendimento direcionado diz respeito a escolha do método do anticoncepcional o enfermeiro deve realizar determinado segmento (BRASIL, 2016).

Deste modo, é essencial que o profissional de enfermagem ofereça à usuária uma escuta ativa e qualificada, realizada com atenção e respeito, livre de preconceitos, bem como um ambiente favorável e seguro ao diálogo sobre práticas sexuais, o que irá permitir a pessoa sentir-se a vontade para tirar suas dúvidas e encontrar solução para suas questões. Estes tipo de abordagem possibilita vínculos e facilita a adesão as tecnologias disponíveis ofertadas pelos profissionais de saúde (BRASIL, 2022).

Segundo Guedes e Paula (2022) o enfermeiro deve seguir um processo de cinco etapas distintas em uma consulta, sendo o histórico de enfermagem (coleta de dados), diagnósticos de enfermagem, planejamento, intervenções e avaliação. As autoras destacam a importância de um histórico de enfermagem bem sucinto, uma vez que este será posteriormente utilizado pelo mesmo ou por outros profissionais. Ademais, a avaliação a ser realizada não deve ser feita somente para preencher as lacunas de um formulário, pois sem as informações adequadas, o profissional pode não obter um diagnóstico apropriado e centrado no paciente, de modo que as intervenções podem acabar por conter erros.

De acordo com Brasil (2016) durante a entrevista o enfermeiro deve registrar os antecedentes pessoais obstétricos e patológicos; abordar, sempre o que for pertinente, as questões referentes às parcerias, à identidade de gênero, à orientação sexual e à satisfação sexual pessoal ou do casal; questionar se há medicações em uso; investigar presença de dispaurenia e de sangramentos vaginais pós-coito ou anormais, principalmente se há intenção de uso do DIU; questionar sobre o desejo de concepção ou anticoncepção por parte da mulher ou do casal; indagar sobre o conhecimento e uso prévio de métodos anticoncepcionais.

Durante a etapa da avaliação, no momento em que ocorre a escolha e oferta do método contraceptivo o profissional deve analisar: as condições econômicas; estado de saúde e condições clínicas correlacionadas; aspirações reprodutivas;

características da personalidade da mulher e/ou dos parceiros e parceiras; fatores culturais e religiosos; outros fatores, como medo, dúvidas e vergonha. O enfermeiro deve ter uma conversa clara e objetiva com a mulher explicando os pós e contras de cada método, buscando priorizar a decisão da mulher de iniciar ou não o uso do método anticoncepcional (não apenas no início da vida sexual). O profissional de enfermagem deve possuir a compreensão de que em grande parte das vezes a escolha do método por parte da mulher resulta dos processos sociais e históricos permeados de sensações, emoções, recordações e fantasias vividas por ela (BRASIL, 2016; GARCIA et al., 2019; SIRQUEIRA et al., 2021).

No processo de escolha do método anticoncepcional o enfermeiro deve estar capacitado para transmitir as informações necessárias sobre os contraceptivos e esclarecer as dúvidas que surgirem, apresentando os aspectos particulares de cada método, para que sejam atendidas as necessidades e objetivos de cada mulher de forma personalizada. Este deve orientar sobre os métodos anticoncepcionais existentes e disponíveis; informar a eficácia de cada método, sua forma de uso e possíveis efeitos adversos; orientar sobre suas contraindicações diante de certos antecedentes clínicos e/ou ginecológicos; reforçar a importância do retorno para acompanhamento clínico conforme método em uso e disponibilidade da paciente; recomendar métodos de acordo com adequação e escolha informada da usuária, considerando fatores individuais e contexto de vida dos usuários(as) no momento da escolha do método (BRASIL, 2016, 2016; GARCIA et al., 2019; SIRQUEIRA et al., 2021).

Se a escolha da mulher for o contraceptivo hormonal oral, o enfermeiro precisa disponibilizar as seguintes informações sobre o medicamento para a mulher, e junto de seu histórico e avaliação realizados anteriormente analisar se este método é contraindicado para a paciente ou não (BRASIL, 2016; GARCIA et al., 2019).

# Figura 2 - Anticoncepcional oral combinado (AOC) e minipílula

Fonte: BRASIL (2016, p.158).

Um apontamento essencial a ser realizado pelo enfermeiro as mulheres que optam pelo uso do anticoncepcional oral, refere-se ao uso de determinadas medicações que podem acabar sendo consumidas durante a utilização da pílula, de modo que tal interação medicamentosa pode diminuir as chances de eficácia do contraceptivo oral. A esse respeito, Silva et al., (2017, p. 2) explicam

As interações medicamentosas podem influenciar na ação dos anticoncepcionais orais através do sinergismo, termo utilizado para designar a potencialização do efeito do medicamento, ou inibindo o efeito do medicamento utiliza-se nesse caso o termo antagonismo. Existem diversos medicamentos que podem provocar a redução da eficácia contraceptiva. Antibióticos como Amoxicilina e rifampicina modificam a absorção intestinal dos anticoncepcionais orais. Alguns fármacos como a fenitoína e o fenobarbital, provocam aumento do metabolismo dos esteroides como a e carbamazepina reduzindo a eficácia dos contraceptivos hormonais orais

Por fim, Garcia et al., (2019) argumentam que junto da equipe multiprofissional, o enfermeiro pode promover a orientação dos métodos contraceptivos para população feminina e comunidade em geral, através de ações educativas e criativas junto a escola e demais serviços da rede pública. Os autores ressaltam que a enfermagem desempenha um papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, uma vez que podem possibilitar e facilitar o acesso e as informações corretas sobre os diferentes métodos contraceptivos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfermeiro possui todas as competências garantidas em lei e necessárias para prestar atuar no planejamento familiar e reprodutivo da mulher. Este pode prestar assistência a respeito do melhor uso contraceptivo a ser escolhido pela mulher, que vai desde a escuta ativa, consulta, orientação, prescrição, administração, avaliação do método e procedimentos de inserção. Se a escolha da mulher for a pílula anticoncepcional o profissional de enfermagem deve pontuar sobre seu uso correto, as taxas de sucesso, os benefícios existentes, além da prevenção da gravidez, assim como suas restrições, contraindicações e efeitos colaterais.

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paulo Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017. Disponível em: < https://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2017/01/efeitos-colaterais-e- altera%23U00e7%23U00f5es-fisiol%23U00f3gicas-relacionadas-ao-uso- cont%23U00ednuo-de-anticoncepcionais-hormonais-orais-v-5-n-5.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST)**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 211p. Disponível em:

[<http://b](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_atecao_integral_ist.pdf)v[sms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\_clinico\_atecao\_integral\_ist.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_atecao_integral_ist.pdf)

>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da atenção básica:** saúde das mulheres. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

230 p. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\_atencao\_basica\_saude\_mu lheres.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

COFEN. **Normatiza a atuação do enfermeiro no planejamento familiar e reprodutivo.** Publicado em 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-> 2022\_96063.html#:~:text=Normatiza%20a%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20E nfermeiro%20no%20Planejamento%20Familiar%20e%20Reprodutivo. Acesso em: 25 ago. 2023.

COUTO, Pablo Luiz Santos et al. Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres: uma revisão integrativa. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 4, p. 79-86, 2020. Disponível em:

[<http://re](http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3196)v[ista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3196>.](http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3196) Acesso em: 26 ago. 2023.

DIAS, Tânia Maria et al. “Estará nas pílulas anticoncepcionais a solução?” Debate na mídia entre 1960-1970. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3,

p. e46020, 2018. Disponível em:

<https://[www.scielo.br/j/ref/a/p9jw59ttVHRpftF6rxvzHyv/?lang=pt#>.](http://www.scielo.br/j/ref/a/p9jw59ttVHRpftF6rxvzHyv/?lang=pt) Acesso em: 20 jul. 2023.

FERREIRA, Hellen Lívia Oliveira Catunda et al. Determinantes Sociais da Saúde e sua influência na escolha do método contraceptivo. **Revista Brasileira de**

**Enfermagem**, v. 72, n. 4, p. 1044–1051, jul. 2019. Disponível em:

<https://[www.scielo.br/j/reben/a/xMm7KKqpb8RPjxcwnyggCCw/?fomat=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/reben/a/xMm7KKqpb8RPjxcwnyggCCw/?fomat=pdf&lang=pt)

>. Acesso em: 15 jul. 2023;

FINOTTI, Marta. **Manual de anticoncepção.** São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015. Disponível em:

<https://central3.to.gov.br/arquivo/494569/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GARCIA, Rosana Aparecida et al. **Protocolo de enfermagem na atenção primaria a saúde, módulo 1:** saúde da mulher. São Paulo: COREN-SP, 2019. Disponível em:

<https://saude.campinas.sp.gov.br/saude/enfermagem/Protocolo\_enfermagem-na- atencao-primaria-a-saude-modulo-1-saude-da-mulher.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GROETARES, Rebecah Ariela et al. O universo das universitárias versus conhecimento sobre o contraceptivo oral: Uma reflexão para a enfermagem. **Revista Pró-univerSUS**, v. 13, n. 1, p. 08-18, 2022. Disponível em:

[<http://editora.un](http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/3101)i[versidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/3101>.](http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/3101) Acesso em: 09 ago. 2023.

GUEDES, Helisamara Mota; PAULA, Angélica de. **Guia rápido para profissionais de saúde sobre a inserção do dispositivo intrauterino (DIU)**. Diamantina: UFVJM, 2022. 86 p. Disponível em: [<http://acer](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2842)v[o.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2842](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2842)>. Acesso em: 23 ago. 2023.

JUREMA, Kamila Kamila Cardoso; JUREMA, Halline Cardoso. Efeitos Colaterais a longo prazo associados ao uso de Anticoncepcionais Hormonais Orais. **Revista Cereus**, v. 13, n. 2, p. 124-135, 2021. Disponível em:

[<http:/](http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3416)/[www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3416>.](http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3416) Acesso em: 09 ago. 2023.

LUZ, Amanda Letícia Rodrigues; BARROS, Lissandra de Sousa Rocha; BRANCO, Alessandra Camillo da Silveira Castello. Métodos contraceptivos: Principais riscos e efeitos adversos. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e24112-e24112, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24112. Acesso em: 14 ago. 2023.

OLIVEIRA, Anna Paula Rodrigues et al. Contraceptivos Hormonais Orais: Uso e Conhecimento de Alunas de Graduaçao em Cursos de Saúde. **Revista Gestão &Saúde**, v. 16, n. 01, p. 44-50, 2017. Disponível em:

<https://[www.herrero.com.br/files/revista/file33a3be92b24a7a6118d576bbfd7395a9.p](http://www.herrero.com.br/files/revista/file33a3be92b24a7a6118d576bbfd7395a9.p) df>. Acesso em: 09 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ruciana Costa et al. Uso de anticoncepcionais hormonais (ACH) por mulheres em uma farmácia comunitária no município de Jaguaruana-CE. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v.27, n.4, p.2065-2084, 2023. Disponível em:

<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9740>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PINHEIRO, Yasmin Mendes et al. Nível de conhecimento sobre anticoncepcionais de usuárias de um ambulatório de saúde da mulher de Porto Velho, Rondônia. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, v.12, n.1, p.148- 163, 2021. Disponível em:

<https://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/878>. Acesso em: 24 ago. 2023.

POMPERMAIER, Charlene; ZANELLA, Gabriela Zmieski; PALUDO, Edineia. Efeitos colaterais do uso dos contraceptivos hormonais orais: uma revisão integrativa. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê**, v. 6, p. e27975- e27975, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/27975>. Acesso em: 09 ago. 2023.

RIBEIRO, Cristiane Crisp Martins et al. Efeitos dos diferentes anticoncepcionais hormonais nos valores de pressão arterial da mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1453-1459, 2018. Disponível em:

<https://[www.scielo.br/j/reben/a/CbXqh5jmbGyTNWczgjJkJjy/?lang=pt&format=html>](http://www.scielo.br/j/reben/a/CbXqh5jmbGyTNWczgjJkJjy/?lang=pt&format=html)

. Acesso em: 30 jun. 2023.

RIOS, Amanda Rodrigues et al. Fatores relacionados à escolha de métodos contraceptivos na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 5, p. 1-8, 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6942>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SANTANA, Débora Alice Lima Costa de; SILVA, Larissa Layne Soares Bezerra. Conhecimento feminino referente aos riscos causados pelo uso errôneo dos anticoncepcionais orais. **Revista Acadêmica Facottur-RAF**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2022. Disponível em: [<http://raf.emnu](http://raf.emnuvens.com.br/raf/article/view/62)v[ens.com.br/raf/article/view/62](http://raf.emnuvens.com.br/raf/article/view/62)>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SANTOS, Amanda Jéssica Ribeiro dos; FERREIRA, Luzia Sousa. Assistência da enfermagem frente às principais complicações do uso prolongado do anticoncepcional. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 4, n. 2, p. 8-13, 2022. Disponível em: [<http://re](http://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis)v[istarebis.rebis.com.br/index.php/rebis>.](http://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis) Acesso em: 24 ago. 2023.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Métodos Contraceptivos na Atenção Básica.** 1ª Ed. Salvador-Bahia. 2023. Disponível em:

[<http:/](http://telessaude.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/20230328-Cartilha-)/[telessaude.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/20230328-Cartilha-](http://telessaude.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/20230328-Cartilha-) metodos-contraceptivos.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

SILVA, Natália Cristina Sousa et al. Interações medicamentosas com contraceptivos hormonais orais. **ÚNICA Cadernos Acadêmicos**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em:

<http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/57/51>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SIRQUEIRA, Sarah Valões Tenorio et al. Uso e conhecimento de anticoncepcionais hormonais orais de mulheres em graduação. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 49946-49956, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/27975>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SOUZA, Mariana Silva et al. Anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais no organismo feminino: uma revisão integrativa. **Journal of Education Science and Health**, v. 2, n. 2, p. 01-11, 2022. Disponível em:

https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/114. Acesso em: 14 ago. 2023.